

Ao Senhor Diretor da 3ª Divisão de Contas do TCDF

Assunto : Requerimento de servidor para participação no 11º Contratos Week

Processo TCDF: [00600-00003718/2024-65](#)

Senhor Diretor,

Helton Linhares Drumond Machado, Auditor de Controle Externo, Matríc. 557-6, vem, respeitosamente solicitar a participação no Congresso "11º Contratos Week", a ser realizado de forma presencial em Foz do Iguaçu/PR, no período de 17 a 21 de junho de 2024, conforme conteúdo programático acostado aos autos do Processo TCDF nº 00600-00003718/2024-65-e (e-doc. [D1D3D4B0-e](#); e-doc. [BFE856B9-e](#) e e-doc. [E8C74FDC-e](#), Peça 05).

2. Destaca-se que as oficinas e os temas a serem abordados no congresso em questão, listados a seguir, são de extrema relevância para o correto desempenho das atribuições desta Secretaria de Contas (SECONT), sendo de aplicação imediata nas fiscalizações realizadas por essa Secretaria.

- a) Importância da (in)adequada interpretação das normas legais e contratuais
- b) Oficina: Fiscalização dos contratos de obras públicas e serviços de engenharia, inclusive de manutenção predial - Paulo Reis;
- c) Oficina: Alocação e gerenciamento de riscos: não se mensura o que não se mede - Paulo Alves;
- d) Oficina: Extinção e Nulidades dos contratos: novidades e procedimentos para a correta aplicação - Anderson Pedra;
- e) Oficina: Garantias de execução contratual – exigência, acompanhamento e execução - Karine Machado;
- f) Oficina: O modelo de gestão do contrato e o modelo de execução do contrato: um encontro (quase) perfeito– Tatiana Camarão;
- g) Oficina: O equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e a emblemática questão da preclusão lógica: pontos de alerta quando da elaboração das cláusulas contratuais;

- h) Oficina: Poder sancionatório e a formalização do processo - Felipe Boselli
- i) Contratos das Estatais;
- j) O modelo de gestão do contrato como instrumento definidor dos mecanismos de gerenciamento e controle
- k) Cláusulas exorbitantes: como exercer a superioridade da Administração na busca pelos melhores resultados?
- l) Uma visão macro sobre o apoio da assessoria jurídica e órgãos de controle para evitar risco na execução dos contratos
- m) Uma visão macro sobre o apoio da assessoria jurídica e órgãos de controle para evitar risco na execução dos contratos.

3. Frise-se que a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) e desta própria Corte de Contas acerca da gestão de contratos administrativos é extensa, demandando um conhecimento aprofundado para sua aplicação. Além disso, a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021) e seu regulamento no âmbito do Distrito Federal (Decreto Distrital nº 44.330/2023) introduziu novos dispositivos legais acerca da temática¹, cujo correto entendimento é de suma importância para o emprego adequado desse diploma legal.

4. Os objetivos principais do congresso pretendido vão ao encontro das necessidades do trabalho desenvolvido no âmbito da SECONT, pois é voltado aos agentes públicos que trabalham com gestão e fiscalização dos contratos administrativos, e conforme o respectivo programa:

Durante uma semana, especialistas abordam as principais questões da área, sempre considerando atualizações normativas, entendimentos consolidados pelos órgãos de controle e a repercussão prática no dia a dia do agente público.

Formado por palestras com abordagem técnica e por oficinas que adentram em temas mais específicos, com enfoque prático, o evento proporciona a capacitação e o aperfeiçoamento das equipes de gestão e fiscalização de contratos e oferece uma visão sistêmica do contrato em si e de sua relação com as demais etapas do processo de contratação.

5. Nos termos da Resolução nº 376/2024, compete à Secretaria de Contas (SECONT): analisar e instruir os processos de tomada e prestação de contas anuais e extraordinárias dos ordenadores de despesa, agentes pagadores, recebedores de material, administradores das entidades e dos

¹ Nesse sentido pode-se citar os seguintes dispositivos da Lei nº 14.133/2021: Art. 19, § 3º; Art. 23, §§2º e 5º; Art. 45; Art. 46; Art. 59, §§ 3º e 4º; Art. 102; Arts. 115 a 163.

demais responsáveis por bens e valores públicos, **incluídas as prestações de contas dos consórcios públicos e dos contratos de gestão dos quais o Governo do Distrito Federal participe**, bem como elaborar outros trabalhos de natureza semelhante que lhe forem cometidos.

6. Nesse cenário, o congresso em comento abordará assuntos de fundamental relevância para esse setor, especialmente pelo fato de os temas tratarem sobre a gestão e fiscalização de ajustes administrativos. Os conhecimentos a serem adquiridos permitirão à SECONT desempenhar seus trabalhos de forma ainda mais eficiente e eficaz. Além disso, o evento permitirá a troca de experiência entre servidores atuantes na área de fiscalizações e contratos; bem como se constitui em uma oportunidade de atualização dos conhecimentos, já aplicados pelos servidores dessas Unidades. Dessa forma, denota-se a singularidade e a pertinência do curso com as atribuições da SECONT.

7. Quanto à notoriedade dos coordenadores técnicos do congresso: Paulo Reis Rui Barbosa é professor, aposentado, da Universidade Federal do Pará. Doutrinador na área de licitações e contratos da administração pública, é autor dos livros: OBRAS PÚBLICAS – MANUAL DE PLANEJAMENTO, LICITAÇÃO E FISCALIZAÇÃO e SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - UMA FORMA INTELIGENTE DE CONTRATAR. É coautor dos livros LICITAÇÕES PÚBLICAS - HOMENAGEM AO JURISTA JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES, LEI DAS EMPRESAS ESTATAIS e 101 DICAS SOBRE O PREGÃO; e a Professora Lindineide Cardoso é Especialista em Licitações e Contratos e em Direito Processual Civil, com habilitação para o Magistério Superior na área do Direito. Ex empregada pública da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – Codevasf. Servidora pública de carreira da Justiça Eleitoral.

8. O evento conta ainda com diversos palestrantes de notória especialização, dentre os quais cabe destacar: CHRISTIANNE STROPPIA, é Doutora e Mestra em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Assessora de Controle Externo no Tribunal de Contas do Município de São Paulo, atualmente é Professora de Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Membro associado do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo - IBDA, do Instituto de Direito Administrativo Paulista – IDAP, do Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP e do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro (IDASAN); JOEL NIEBUHR, é Doutor em Direito Administrativo pela PUC/SP. Mestre e Bacharel em Direito pela UFSC. Autor dos livros “Princípio da Isonomia na Licitação Pública” (Florianópolis: Obra Jurídica, 2000). O Novo Regime Constitucional da Medida Provisória” (São Paulo: Dialética, 2001). Dispensa e Inexigibilidade de Licitação Pública” (4ª ed. Belo Horizonte:

Fórum, 2015). Pregão Presencial e Eletrônico” (7ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015). Registro de Preços: aspectos práticos e jurídicos” (2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2003, em coautoria com Edgar Guimarães). Licitação Pública e Contrato Administrativo” (4ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2013). Licitações e Contratos das Estatais” (Belo Horizonte: Fórum, 2018, em coautoria com Pedro de Menezes; e FELIPE BOSELLI, Advogado, Graduado, Mestre e Doutor em Direito do Estado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC com pesquisas realizadas na Universidade de Lisboa, Universidade Complutense de Madrid e na Universidade de Buenos Aires. Pós-graduado em Licitações e Contratos Administrativos, Processo Civil e em Direito Constitucional e Administrativo. Sócio da Boselli & Loss Advogados Associados e da Boselli Licitações. Autor do livro “A inadimplência no pagamento dos contratos administrativos”, coautor dos livros “Licitações, contratos e convênios administrativos”, “Lei das Empresas Estatais”, “Direito, Estado e Constituição” e “Combate Preventivo à Corrupção no Brasil” e organizador dos livros “Legislação de licitações”, “Legislação de licitações para obras e serviços de engenharia”, “Contratações Públicas” e “Direitos Humanos da Tributação”.

9. No que se refere à entidade promotora do congresso, ressaltamos que a Contratação da empresa já foi analisada nos autos do Processo TCDF nº 00600-00003718/2024-65, onde foi constatado que a contratação da retromencionada empresa encontra amparo nos termos do art. 74, inciso III, alínea “f”, e respectivo § 3º da Lei nº 14.133/2021, considerando a notoriedade da promotora do evento e dos palestrantes, bem como a singularidade do conteúdo abordado. Portanto, a demanda de capacitação desse servidor em questão está de acordo com o teor da Resolução TCDF nº 323/2019 e da Portaria TCDF nº 165/2020.

10. Assim, tendo em vista que o interesse do serviço e a correlação com as atribuições funcional do servidor desta Unidade está devidamente justificado, bem como estão presentes os elementos da notoriedade, singularidade e especialização técnica, solicito que seja autorizada a participação do servidor Helton Linhares Drumond Machado – Matr. 557-6, no referido congresso.

11. Sem mais para o momento, submeto o presente Requerimento à sua apreciação para que, em aquiescendo o pedido em tela, ultime as medidas necessárias junto à autoridade competente desta Casa viabilizando a capacitação pretendida.

À superior consideração de vossa Senhoria.

Brasília (DF), 29 de abril de 2024.

assinado digitalmente
Helton Linhares Drumond Machado
Auditor de Controle Externo

De acordo.
À consideração do Senhor Secretário

Em 29/04/2024

assinado digitalmente
Diretor da 3ª Divisão de Contas